

A. I. N° - 269511.0019/19-4
AUTUADO - MIOLO WINE GROUP VITIVINICULTURA S. A.
AUTUANTE - LUIS ANTÔNIO MENEZES DE OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ VALE DO SÃO FRANCISCO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 31/08/2020

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0149-03/20-VD

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** UTILIZAÇÃO EM VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS. **b)** IMPOSTO DESTACADO A MAIS NO DOCUMENTO FISCAL. **c)** FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO CRÉDITO FISCAL. 2. ALÍQUOTA. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. 3. BASE DE CÁLCULO. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO EM OPERAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS COM O BENEFÍCIO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Infrações não impugnadas. 4. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS. Os documentos fiscais não escriturados correspondem a operações de circulação de mercadorias sujeitas ao pagamento do imposto, por isso, é devido o tributo exigido. Infração comprovada. 5. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RETENÇÃO DO IMPOSTO EFETUADA A MENOS. Autuado não impugnou. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/09/2019, refere-se à exigência de R\$27.105,59 de ICMS, acrescido das multas de 60% e 100%, em decorrência das seguintes irregularidades:

Infração 01 – 01.02.40: Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, nos meses de maio a dezembro de 2015. Valor do débito: R\$4.301,03. Multa de 60%.

Infração 02 – 01.02.41: Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a mais nos documentos fiscais, nos meses de janeiro, março, maio, julho a outubro de 2015. Valor do débito: R\$3.608,82. Multa de 60%.

Infração 03 – 01.02.42: Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, nos meses de janeiro a setembro de 2015. Valor do débito: R\$2.238,33. Multa de 60%.

Infração 04 – 03.02.02: Recolhimento efetuado a menos em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação, nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de janeiro, março a maio, setembro e dezembro de 2015. Valor do débito: R\$4.020,44. Multa de 60%.

Infração 05 – 03.02.06: Recolhimento do ICMS efetuado a menos em decorrência de utilização indevida do benefício da redução da base de cálculo do imposto, nos meses de fevereiro a dezembro de 2015. Valor do débito: R\$7.457,71. Multa de 60%.

Infração 06 – 05.05.03: Omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrente do não lançamento de documento fiscal nos livros fiscais próprios, nos meses de junho de 2014 e julho de 2015. Valor do débito: R\$3.568,86. Multa de 100%.

Infração 07 – 07.02.02: Retenção e recolhimento a menos do ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado, nos meses de fevereiro a dezembro de 2015. Valor do débito: R\$1.910,40. Multa de 60%.

O autuado apresentou impugnação às fls. 26 a 34 do PAF. Transcreve os itens da autuação fiscal e informa que em relação às infrações nº 01, 02, 03, 04, 05 e 07, ocorreu um equívoco em sua operação, portanto, concorda com a autuação. Realiza, desta forma, o pagamento desses débitos através das guias próprias, juntadas à defesa, bem como, comprovantes de pagamento (ANEXO 1).

Quanto à infração nº 06, alega que não merece prosperar, uma vez que o fato gerador não foi consumado, pois as referidas notas fiscais nº 4704, 6008 e 6009, apesar de autorizadas pela SEFAZ/BA, foram canceladas pela empresa e nunca houve a circulação de mercadorias.

Diz que se verifica pelo relatório juntado ao A.I., emitido pelo Sistema Integrado de Auditoria Fiscal, que no campo “Demonstrativo”, consta: “*notas válidas lançadas como canceladas...*”. Informa que ocorreu um equívoco na operação, onde a empresa cancelou as notas fiscais somente em seu sistema interno, não cancelando as mesmas junto ao sistema NF-e da SEFAZ/BA.

Esclarece, ainda, que as notas fiscais n.º 4704 e 6009 foram canceladas e substituídas pelas notas nº 4705 e 6015, respectivamente, conforme telas do seu *software* interno e cópia das notas fiscais em anexo. Já a nota nº 6008 foi cancelada sem substituição (ANEXO II).

Afirma que não havendo qualquer circulação de mercadorias, uma vez que cancelou as notas fiscais e realizou corretamente o pagamento do tributo através das notas fiscais substitutas, requer que seja determinado o cancelamento da infração nº 06 e, se este órgão julgador entender necessário, para finalizar o processo de cancelamento das notas fiscais nº 4704, 6008 e 6009, solicita o cancelamento extemporâneo perante a SEFAZ/BA.

Quanto à multa aplicada na infração 06, alega que ao contrário do entendimento da fiscalização, não houve fato gerador para recolhimento do tributo, uma vez que as notas fiscais foram canceladas e nunca houve saída de mercadorias. Assim, entende que merece ser cancelada a imposição da multa no patamar de 100% do valor do imposto não recolhido.

Por todo o exposto e pelas provas documentais acostadas, requer seja regularmente distribuída e conhecida a defesa, sendo processada pelo órgão competente e julgada procedente.

Que seja cancelada a Infração nº 06 e consequente imposição de multa ao patamar de 100% sobre o tributo supostamente não pago. Se necessário, o cancelamento extemporâneo das notas fiscais nº 4704, 6008 e 6009, perante o SEFAZ/BA.

O autuante presta informação fiscal às fls. 82 a 84 dos autos. Quanto às infrações nº 01, 02, 03, 04, 05 e 07, diz que o defendente esclarece que ocorreu um equívoco em sua operação e, portanto, concorda com a autuação.

Quanto à infração nº 06, reproduz a alegação defensiva e diz que se trata de omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrente(s) do não lançamento do documento fiscal nos livros fiscais próprios. A infração cobra o imposto destacado nas notas fiscais eletrônicas em operações de saídas de mercadorias.

Reproduz o art. 92 do RICMS-BA/2012, Decreto 13.780/12 acerca de cancelamento da NF-e, e diz que restou comprovado que o contribuinte não adotou os procedimentos regulamentares para efetuar o cancelamento das notas fiscais autuadas, fato este admitido na peça de defesa. Afirma que o alegado cancelamento em seu sistema interno não tornou as notas fiscais canceladas perante o Fisco e, também, não poderá haver o cancelamento extemporâneo, dado ao tempo transcorrido da emissão das mesmas.

Conclui que restou confirmada a procedência da Infração 06, a multa aplicada está de acordo artigo 42, inciso III da Lei 7.014/96, e pugna pela procedência do presente Auto de Infração.

Consta às fls. 88/91, extrato emitido através do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT, indicando o pagamento de parte do débito apurado do presente Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada, relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação para se determinar a nulidade do Auto de Infração.

Quanto ao mérito, o defendente informou que em relação às infrações nº 01, 02, 03, 04, 05 e 07, ocorreu um equívoco em sua operação, portanto, concorda com a autuação. Dessa forma, conclui pela subsistência dos itens não impugnados, considerando que inexistente lide a ser decidida.

A infração 06, trata de omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrente do não lançamento de documento fiscal nos livros fiscais próprios, nos meses de junho de 2014 e julho de 2015. Demonstrativo às fls. 19/20 do PAF.

O defendente alegou que as notas fiscais 4704, 6008 e 6009, apesar de autorizadas pela SEFAZ/BA, foram canceladas pela empresa e nunca houve a circulação das mercadorias. Disse que ocorreu um equívoco na operação, e a empresa cancelou as notas fiscais somente em seu sistema interno, não cancelando as mesmas junto ao sistema NF-e da SEFAZ/BA.

Observe que a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela Secretaria da Fazenda, antes da ocorrência do fato gerador (Ajuste SINIEF 07/05).

A transmissão do arquivo digital da NF-e deverá ser efetuada via *Internet*, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de *software* desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pelo Fisco, e essa transmissão implica solicitação de concessão de Autorização de Uso da NF-e (Art. 87 do RICMS-BA/2012).

Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, o emitente poderá cancelar o respectivo documento eletrônico no prazo previsto na legislação (Art. 92 do RICMS-BA/2012), desde que não tenha ocorrido a circulação da mercadoria.

Vale ressaltar, que após o prazo máximo e desde que não tenha ocorrido a circulação da mercadoria, fica admitida a emissão de Nota Fiscal de entrada ou saída para regularização do quantitativo da mercadoria em estoque, com destaque do imposto (§ 1º do art. 92 do RICMS-BA/2012).

A alegação defensiva não pode ser acolhida, uma vez que ficou caracterizada a infração relativa à emissão de notas fiscais de saída de mercadorias sem o devido pagamento do imposto, e os documentos fiscais emitidos constituem prova de realização das operações. O seu cancelamento deveria ter sido efetuado no prazo previsto pela legislação, e em caso de ultrapassado o referido prazo, o contribuinte deveria providenciar a regularização do estoque relativo às respectivas mercadorias, mas nada não foi comprovado nos autos. Dessa forma, fica mantida a exigência fiscal.

Quanto à multa, também questionada pelo defendente, a sua indicação no Auto de Infração foi efetuada corretamente, conforme art. 42, inciso III, “g” da Lei 7.014/96.

Vale ressaltar, que esta Junta de Julgamento Fiscal não tem competência para apreciar pedido de redução ou cancelamento de multa decorrente de obrigação principal, e como já mencionado

neste voto, não cabe a este órgão julgador, a declaração de inconstitucionalidade da legislação estadual, nos termos do art. 167, I, do RPAF-BA/99, aprovado pelo Decreto nº 7.269/99.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269511.0019/19-4**, lavrado contra **MIOLO WINE GROUP VITIVINICULTURA S. A.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$27.105,59**, acrescido das multas de 60% sobre R\$23.536,73 e 100% sobre R\$3.568,86, previstas no art. 42, incisos II, “a” e “e”; VII, “a” e III, “g”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 13 de agosto de 2020

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA - JULGADOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA